Artigo Original

v. 6 n. 3 (2025)
ISSN: 2675-8008
Revista Multidisciplinar em Saúde

ACESSO ABERTO

Data de Recebimento:
21/08/2025

Data de Aceite:
22/09/2025

Data de Publicação:
25/09/2025

***Autor correspondente:** Vitória Caldeira de Souza, graduanda em bacharelado em farmácia, grau máximo de titulação acadêmica, Rua do Campo, S/N, Povoado Lagedinho, Lapão/Bahia, CEP: 44.905-000. Telefone de contato: 74-99909-3014
E-mail: atiliosabino@outlook.com

Citação:
SOUZA, V.C, et al; Papel do farmacêutico na recomendação e integração de terapias complementares com foco no uso racional de medicamentos: uma revisão integrativa da literatura. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, v. 6, n. 3, 2025. https://doi org/10.51161/integrar/rems/4678

DOI: 10.51161/integrar/rems/4678
Editora Integrar© 2025.
Todos os direitos reservados.

PAPEL DO FARMACÊUTICO NA RECOMENDAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE TERAPIAS COMPLEMENTARES COM FOCO NO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Vitória Caldeira de Souza[a], Elaine Alane Batista Cavalcante[b], Atílio Araújo Sabino[b], Andre Moutella de Campos Vieira[b].

[a] Discente de Farmácia da Faculdade Irecê (FAI), Bahia, Brasil.
[b] Docente do curso de Farmácia da Faculdade Irecê (FAI), Bahia, Brasil

RESUMO

Introdução: A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), consolidou a inserção de terapias como acupuntura, fitoterapia e homeopatia no Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse contexto, o farmacêutico surge como um profissional estratégico, especialmente pela sua formação técnico-científica, que pode contribuir desde o uso racional de medicamentos até ações em saúde integrativa, contudo, sua atuação nas PICs ainda é pouco reconhecida e difundida nos serviços de saúde pública. O **objetivo** deste estudo foi analisar a atuação do farmacêutico na recomendação e integração das terapias complementares no SUS e sua contribuição para o uso racional de medicamentos. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com buscas realizadas nas bases de dados PubMed, SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), LILACS, CINAHL e Embase. Foram incluídas publicações entre 2018 e 2024, disponíveis nos idiomas português, inglês ou espanhol. **Resultados e discussões:** Os estudos analisados apontam que o farmacêutico tem ampliado sua atuação nas PICs, especialmente na fitoterapia, nas ações educativas e na promoção do uso racional de medicamentos. No entanto, identificam-se barreiras como a ausência de regulamentação específica, escassez de capacitação profissional e baixa valorização institucional dessa atuação. A discussão reforça a importância de políticas públicas que reconheçam formalmente esse campo de atuação e incentivem a formação profissional adequada. **Conclusão:** A atuação do farmacêutico nas terapias complementares representa uma oportunidade para fortalecer o cuidado integral no SUS. Contudo, é necessário avançar na regulamentação, na formação continuada e no reconhecimento dessa prática como parte da política de saúde.

Palavras-chave: farmacêutico; terapias complementares; uso racional de medicamentos; práticas integrativas; Sistema Único de Saúde.

ABSTRACT

Introduction: The National Policy for Integrative and Complementary Practices (PNPIC) consolidated the inclusion of therapies such as acupuncture, phytotherapy, and homeopathy in the Unified Health System (SUS). In this context, the pharmacist emerges as a strategic professional, especially due to their technical-scientific training, which can contribute from the rational use of medicines to integrative health actions. However, their role in PICs is still little recognized and disseminated in public health services. The **objective** of this study was to analyze the role of the pharmacist in the recommendation and integration of complementary therapies in the SUS and their contribution to the rational use of medicines. **Methodology:** This is an integrative literature review, with searches carried out in the PubMed, SciELO, Virtual Health Library (BVS), LILACS, CINAHL, and Embase databases. Publications between 2018 and 2024, available in Portuguese, English, or Spanish, were included. **Results and discussions:** The studies analyzed indicate that pharmacists have expanded their role in PICs, especially in phytotherapy, educational activities and in promoting the rational use of medicines. However, barriers were identified, such as the lack of specific regulation, lack of professional training and low institutional recognition of this role. The discussion reinforces the importance of public policies that formally recognize this field of activity and encourage adequate professional training. **Conclusion:** The role of pharmacists in complementary therapies represents an opportunity to strengthen comprehensive care in the SUS. However, it is necessary to advance in regulation, continuing education and recognition of this practice as part of health policy.

Keywords: pharmacist; complementary therapies; rational use of medicines; integrative practices; Unified Health System

INTRODUÇÃO

A crescente busca por abordagens de cuidado mais integrativas e humanizadas tem impulsionado a valorização das terapias complementares nos sistemas de saúde ao redor do mundo. No Brasil, essa tendência foi institucionalizada a partir da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), criada em 2006 pelo Ministério da Saúde, que regulamenta a oferta de práticas como acupuntura, fitoterapia, homeopatia, entre outras, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Essas práticas não substituem os tratamentos convencionais, mas os complementam, promovendo uma abordagem ampliada da saúde e contribuindo para a qualidade de vida dos usuários (BRASIL, 2006).

Nesse contexto, o farmacêutico emerge como um profissional estratégico, especialmente no que diz respeito à promoção do Uso Racional de Medicamentos (URM), à adesão terapêutica e à educação em saúde. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define o URM como o uso de medicamentos de forma adequada às necessidades clínicas, em doses corretas e por tempo apropriado, com o menor custo possível para o paciente e a comunidade (ANVISA, 2023). A integração das práticas complementares pode potencializar esses princípios, ao ampliar o olhar para as necessidades físicas, emocionais e sociais dos pacientes, favorecendo a atuação multiprofissional e centrada na pessoa, sendo o farmacêutico respaldado a atuar nessa área pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF) (CFF, 2022a).

Nesse contexto, o envolvimento do farmacêutico na orientação sobre terapias complementares contribui para a redução da automedicação, para o acompanhamento terapêutico contínuo e para a construção de vínculos mais próximos com os usuários do SUS (FIGUEIREDO *et al*., 2018). No entanto, estudos também apontam que, apesar do potencial técnico-científico desse profissional, ainda há limitações

em sua inserção nas PICs, devido à escassez de formação específica, resistências institucionais e à carência de regulamentações mais claras sobre essa atuação (SILVA; SANTOS, 2021).

Diante disso, objetiva-se analisar a atuação do farmacêutico na recomendação e integração das terapias complementares no SUS e sua contribuição para o uso racional de medicamentos.

MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Tipo e local da pesquisa

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, cujo objetivo é analisar a atuação do farmacêutico nas terapias complementares no contexto do SUS, especialmente a partir da implementação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). Esse tipo de revisão permite reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre um tema específico, de forma sistemática e ordenada.

A formulação da revisão seguiu as etapas metodológicas propostas por Souza, Silva e Carvalho (2010), com base na seguinte questão norteadora: "Como o farmacêutico atua na recomendação e integração das terapias complementares no SUS, e de que forma essa atuação contribuiu para o uso racional de medicamentos?".

2.2 Busca e seleção dos artigos

As buscas foram realizadas nas bases de dados PubMed, SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), LILACS, CINAHL e Embase, por sua relevância e abrangência na área da saúde. Os descritores DeCS/MeSH utilizados foram: “farmacêutico”, “terapias complementares”, “uso de medicamentos”e “Sistema Único de Saúde”, combinados com o operador booleano AND.

O processo de seleção foi realizado de forma independente,sem qualquer influência externa, em quatro etapas de triagem: leitura dos títulos, remoção da duplicação, análise dos resumos e leitura completa dos textos selecionados. As divergências foram resolvidas por consenso.

2.3 Critérios de inclusão e exclusão

Foram incluídos estudos publicados entre 2018 e 2024, os documentos selecionados deveriam estar disponíveis na íntegra, nos idiomas português, inglês ou espanhol, e apresentar como foco principal a atuação do farmacêutico em terapias complementares e/ou no uso racional de medicamentos. Foram aceitos artigos científicos, dissertações e teses com rigor metodológico comprovado.

Excluíram-se estudos duplicados entre as bases de dados, artigos com acesso pago, publicações que tratassem das terapias complementares de maneira genérica, sem enfoque na prática farmacêutica, além de textos de opinião, editoriais, cartas ao leitor e revisões com baixa qualidade metodológica.

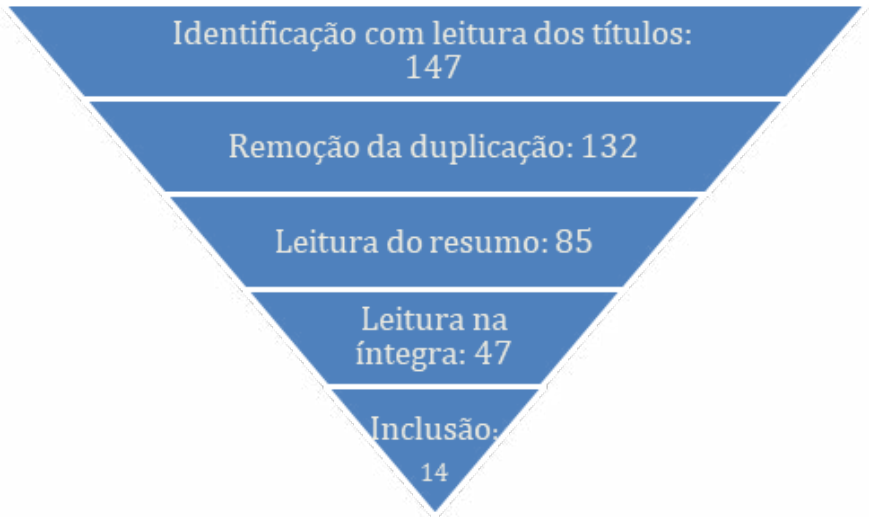
2.4 Extração e análise dos dados

A extração dos dados foi feita por meio de um instrumento padronizado em forma de planilha no programa Excel, o que permitiu a construção de um quadro, o qual contemplou informações como: revista, ano de publicação, autoria, título, métodos e principais resultados relacionados à atuação do farmacêutico nas práticas integrativas. Esses dados foram organizados em uma planilha eletrônica para análise e síntese dos achados. Logo após foi realizada a discussão do conteúdo abordado nos estudos acerca da atuação do

farmacêutico no uso racional de medicamentos e nas terapias complementares no contexto do SUS.

Inicialmente foram identificadas 147 publicações nas bases de dados, após a remoção dos trabalhos duplicados restaram 132 artigos, com a aplicação dos critérios de elegibilidade, 85 estudos seguiram para a leitura do resumo, depois disso, 47 artigos foram selecionados para a leitura na íntegra, desses, 14 artigos foram incluídos nesta revisão, como representado no fluxograma do processo de seleção dos artigos (Figura 1).

Figura 1. Fluxograma do processo de seleção dos artigos.



Fonte: Autoria própria, 2025.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos selecionados tiveram suas informações apresentadas no Quadro 1. Os resultados encontrados foram organizados em eixos temáticos: terapias complementares no contexto do SUS; o papel do farmacêutico na recomendação dessas terapias e sua contribuição para a promoção do URM; regulamentações profissionais; desafios e estratégias. Essa divisão temática facilitou a interpretação crítica dos dados e a discussão dos principais dos achados da literatura.

Quadro 1. Artigos incluídos na pesquisa.

REVISTA	ANO	AUTOR	TÍTULO	MÉTODOS	PRINCIPAIS RESULTADOS
Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde	2018	SOUZA; GOMES	O uso racional de medicamentos no contexto das terapias complementares	Estudo qualitativo com revisão narrativa	Mostra o papel do farmacêutico na redução da automedicação e na adesão ao tratamento com PICs.
Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas	2018	FIGUEIREDO *et al*.	A atuação do farmacêutico frente às práticas integrativas	Revisão bibliográfica	Ressaltam a importância do farmacêutico nas práticas integrativas e no fortalecimento da humanização e educação em saúde.
Coleciona SUS	2018	MAEDA	Práticas Integrativas e Complementares da saúde no cuidado farmacêutico na rede de atenção básica	Estudo qualitativo, com coleta de dados mediante entrevistas	Os resultados indicam que a utilização dos fitoterápicos e plantas medicinaissãouma das práticas integrativas mais utilizadas no cuidado farmacêutico na rede de atenção básica.

REVISTA	ANO	AUTOR	TÍTULO	MÉTODOS	PRINCIPAIS RESULTADOS
Revista Brasileira de Plantas Medicinais	2019	FERNANDES *et al*.	A atuação do farmacêutico na fitoterapia: desafios e perspectivas no Sistema Único de Saúde	Estudo descritivo	Aponta limitações na formação e infraestrutura para atuação com fitoterapia no SUS.
Ciência & Saúde Coletiva	2020	LOPES *et al*.	Práticas integrativas e complementares no Sistema Unico de Saúde: desafios e perspectivas	Estudo de revisão	Apontam controvérsias na eficácia de algumas PICs, como a homeopatia, e defendem a humanização e a valorização do saber popular.
Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde	2020	MACÊDO; ALMEIDA	Educação em saúde como ferramenta para o uso racional de medicamentos no SUS	Estudo de caso	Demonstra como ações educativas do farmacêutico favorecem o URM
Interface - Comunicação, Saúde, Educação	2020	MOTA *et al*	Práticas integrativas e complementares no SUS: desafios da institucionalização e da formação profissional	Estudo qualitativo	Destaca a ausência de formação adequada e barreiras à implementação das PICs.
Saúde em Debate	2021	NASCIMENTO *et al*.	Avaliação da inserção das PICs nas práticas farmacêuticas em municípios brasileiros	Estudo transversal	Aponta desigualdade na inserção das PICs nas práticas farmacêuticas pelo país.
Revista Ciência em Saúde	2021	PEREIRA *et al*.	Práticas integrativas e complementares em farmácias comunitárias: percepção de farmacêuticos	Estudo qualitativo envolvendo pesquisa com questionário	Revela insegurança dos profissionais e necessidade de formação contínua.
Revista Saúde Integrada	2021	SILVA; SANTOS	A atuação do farmacêutico nas terapias integrativas e complementares: um campo em expansão	Revisão narrativa	Enfatizam o papel do farmacêutico como elo entre medicina convencional e integrativa, com foco no cuidado ético e baseado em evidências
Revista Saúde & Ciência	2022	SILVA; COSTA	A atuação clínica do farmacêutico: aspectos históricos e tendências contemporâneas	Estudo teórico-documental	Discute a ampliação do escopo clínico e a valorização das PICs na prática farmacêutica.
Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação	2022	DOS SANTOS; BAIENSE; DE ANDRADE	Atenção farmacêutica e práticas integrativas e complementares no sus: conhecimento e aceitação por parte da população de Nova Iguaçu	Revisão bibliográfica com projeto piloto	O estudo demonstra que a implementação das PICSs na rede de saúde do município tende a ser benéfica pois se trata de ações onde os resultados sãoa promoção e a prevenção a saúde, bem como o estímulo ao autocuidado.
Research, Society andDevelopment	2023	NUNES; SANTOS	Atuação farmacêutica em práticas integrativas: Uma revisão.	Revisão narrativa	A revisão mostrou que o farmacêutico tem um papel fundamental na integração das práticas ao contexto clínico,cooperando para o bem-estar do indivíduo e diminuindo a dependência dos medicamentos.
Revista Interfaces da Educação	2024	RIBEIRO; MENDES	A importância da formação continuada para atuação do farmacêutico nas terapias complementares	Revisão integrativa	Defendem formação continuada como estratégia para consolidar a atuação do farmacêutico nas PICs.

Fonte: Autoria própria, 2025.

Esta revisão integrativa contemplou 14 artigos científicos, publicados entre os anos de 2018 a 2024, com maior concentração no ano de 2018, 2020 e 2021 (três publicações cada). Os estudos selecionados incluíram sete revisões bibliográficas e estudos teóricos (50%), quatro estudos qualitativos (29%), um estudo descritivo (7%), um estudo transversal (7%) e um estudo de caso (7%), demonstrando uma grande variedade metodológica envolvida do estudo da temática, tanto com artigos de cunho teórico, quanto com dados de pesquisas de campo em farmácias comunitárias e da rede de atenção básica.

3.1 Terapias complementares no contexto do SUS

A implementação da PNPIC em 2006 representou uma inflexão importante na política de saúde brasileira, ao incorporar práticas tradicionalmente excluídas pelo modelo biomédico. Segundo Figueiredo *et al*. (2018), essa inclusão favoreceu uma atenção mais humanizada e relacional, alinhada aos princípios do SUS. Em contrapartida, Lopes et al. (2020) problematizam a eficácia científica de algumas dessas práticas, como a homeopatia, alertando para a necessidade de validação técnica rigorosa.

O confronto entre esses autores, como discutido por Figueiredo et al. (2018) e Lopes et al. (2020), revelam um ponto crítico: a tensão entre a valorização dos saberes populares e a exigência de evidência científica. Embora a política tenha ampliado o leque de cuidados disponíveis, sua efetivação prática ainda esbarra na resistência de profissionais e gestores, o que limita a inserção das PICS no cotidiano das unidades de saúde. Isso demonstra que, mais do que institucionalizar, é preciso sustentar essas práticas com formação, protocolos e monitoramento (Mota et al., 2020).

Para aprofundar essa discussão, é necessário reconhecer que a integração das PICS no SUS não se trata apenas de uma escolha política, mas de um processo que exige diálogo entre diferentes racionalidades. Figueiredo et al. (2018) ressaltam que as práticas integrativas ampliam o olhar sobre o processo saúde-doença, valorizando dimensões subjetivas e culturais do cuidado. Por outro lado, Lopes *et al*. (2020) enfatizam que a incorporação dessas práticas no SUS deve ser acompanhada por estudos que garantam sua eficácia e segurança, evitando que a humanização do cuidado se sobreponha à responsabilidade técnica.

Nesse sentido, autores como Mota et al. (2020) e Figueiredo et al. (2018) reforçam que a consolidação das PICS depende da capacitação dos profissionais, da elaboração de protocolos assistenciais e da avaliação contínua dos resultados. O farmacêutico, com sua formação técnica e foco no uso racional de medicamentos, pode desempenhar um papel estratégico nesse processo, atuando como elo entre as evidências científicas e as práticas tradicionais, assegurando a qualidade e a segurança do cuidado oferecido à população.

Essa atuação exige formação continuada, conforme destacam Ribeiro e Mendes (2024), uma vez que a qualificação profissional é essencial para garantir a integração segura e eficaz das PICS no contexto da assistência farmacêutica (Nascimento *et al*., 2021; ANVISA, 2023).

3.2 O farmacêutico na recomendação e integração das terapias complementares no SUS e sua contribuição para o uso racional de medicamentos

Souza e Gomes (2018) e Macêdo e Almeida (2020) são unânimes ao destacar que o farmacêutico, ao atuar nas PICs, contribui significativamente para a adesão terapêutica e a redução da automedicação, reforçando os pilares do uso racional de medicamentos (URM). Ambos os estudos reconhecem o papel educativo e clínico desse profissional, sobretudo quando a atuação está integrada à equipe multiprofissional.

No entanto, Silva e Santos (2021) apontam que esse potencial é frequentemente limitado pela falta de reconhecimento institucional e pela sobrecarga de trabalho, o que impede o farmacêutico de exercer suas funções clínicas de forma plena, visto que o farmacêutico muitas vezes não é inserido como um membro da equipe multidisciplinar na Atenção Básica, tendo sua em sua jornada de trabalho atividades principalmente voltadas para a assistência farmacêutica. Os dados do quadro revelam que, embora os autores reconheçam a importância da atuação farmacêutica nas PICs, ainda há um descompasso entre o discurso e a realidade dos serviços. Isso evidencia a necessidade de políticas públicas que garantam estrutura, tempo e apoio para que o farmacêutico possa exercer sua função com autonomia e responsabilidade clínica.

Apesar dos desafios mencionados, é importante destacar que a atuação do farmacêutico nas Práticas Integrativas e Complementares não se resume a uma função acessória. Conforme enfatizam Pereira e Carvalho (2022), o farmacêutico possui competências técnicas e científicas que o habilitam a atuar na promoção do uso racional de medicamentos de forma diferenciada, especialmente por meio da orientação individualizada e da educação em saúde.

No contexto do Uso Racional de Medicamentos (URM), o farmacêutico atua de forma específica em diversas frentes. Uma dessas ações é a mitigação de efeitos colaterais, na qual o profissional pode recomendar terapias complementares, como a fitoterapia e a acupuntura, com o objetivo de reduzir os efeitos adversos associados aos medicamentos convencionais. Um exemplo dessa atuação é o uso da valeriana para auxiliar no processo de desmame de benzodiazepínicos, conforme relatado por Maeda (2018).

Além disso, o farmacêutico contribui significativamente para a redução do uso abusivo de medicamentos por meio de práticas como a auriculoterapia e a meditação, que auxiliam no controle da ansiedade e da dor, colaborando para diminuir a dependência de analgésicos e psicotrópicos, de acordo com Nunes e Santos (2023). Outra importante ação é o estímulo ao autocuidado, no qual o farmacêutico promove atividades como grupos de plantas medicinais, aromaterapia e práticas corporais, como ventosa, fortalecendo a autonomia dos pacientes e incentivando a adoção de hábitos de vida mais saudáveis, conforme apontado por Dos Santos, Baiense e De Andrade (2022).

Esses autores argumentam que, ao integrar conhecimentos tradicionais e baseados em evidências, o farmacêutico pode fortalecer a relação com o paciente, promovendo escolhas mais seguras e conscientes no tratamento. Assim, a inserção efetiva do farmacêutico nas PICs não depende apenas de reconhecimento institucional, mas também de uma mudança cultural nas equipes de saúde, que valorize a interprofissionalidade e a humanização do cuidado.

3.3 Regulamentações profissionais

A Lei nº 13.021/2014 e as resoluções do Conselho Federal de Farmácia (Resolução nº 572/2013, a Resolução nº 732/2022 e a Resolução nº 733/2022) representam avanços normativos ao reconhecer o farmacêutico como agente de saúde com atribuições clínicas, incluindo a atuação em Práticas Integrativas e Complementares (PICs). A Resolução nº 572/2013 estabelece as linhas de atuação farmacêutica, incluindo as PICs como especialidade, com destaque para acupuntura, fitoterapia e homeopatia (CFF, 2013). Já as Resoluções nº 732/2022 e nº 733/2022 regulamentam especificamente a atuação do farmacêutico em PICs, como a auriculoterapia e auriculoacupuntura, exigindo capacitação mínima de 40 horas, sendo 5 horas práticas, e reconhecendo a necessidade de formação especializada para garantir a segurança e eficácia dessas práticas (CFF, 2022a; CFF, 2022b).

Para Silva e Costa (2022), essas normativas consolidam uma identidade ampliada da profissão, legitimando sua atuação em práticas como acupuntura, fitoterapia e homeopatia. A Resolução nº 732/2022, por exemplo, enfatiza a integração do farmacêutico em equipes multiprofissionais e a necessidade de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para procedimentos, reforçando a responsabilidade ética e técnica (CFF, 2022a).

Entretanto, Nascimento *et al*. (2021) contrapõem essa visão ao evidenciar que, em muitos municípios, a regulamentação ainda não se traduz em prática efetiva. Falta apoio institucional e capacitação, o que demonstra um distanciamento entre a legislação e a realidade das farmácias no SUS. Os dados da revisão também apontam que, conforme Oliveira *et al*. (2019), e Figueiredo *et al*. (2018), o reconhecimento normativo, embora necessário, é insuficiente se não for acompanhado por políticas de implementação, incentivos à formação e valorização profissional.

Esse confronto entre o ideal normativo e a prática cotidiana evidencia que a regulamentação precisa ser acompanhada por ações coordenadas entre conselhos profissionais, gestores públicos e instituições formadoras, para que o farmacêutico possa de fato atuar como protagonista da atenção integral à saúde. A Resolução nº 733/2022, por exemplo, ao detalhar requisitos mínimos para cursos de auriculoterapia, sugere um caminho para a padronização da formação, mas sua efetividade depende de fiscalização e investimento em infraestrutura (CFF, 2022b).

3.4 Desafios e estratégias

Os autores Mota *et al*. (2020) e Pereira *et al*. (2021) Convergem ao identificar a formação como um dos principais desafios à consolidação das PICs na prática farmacêutica. Mota *et al*. (2020) destacam a ausência de conteúdos sobre práticas integrativas nos currículos de graduação, enquanto Pereira *et al*. (2021) revelam, a partir da prática, a insegurança dos profissionais ao orientar pacientes nessas abordagens.

Em contraponto, Ribeiro e Mendes (2024) acreditam que a formação continuada, aliada à valorização dos saberes populares, pode preencher essa lacuna de forma mais imediata. Fernandes *et al*. (2019) avançam ao propor uma estratégia integrada que inclua políticas públicas de incentivo, estímulo à pesquisa e reestruturação curricular.

Além disso, estudos como os de Carvalho e Lopes (2022) e Santos *et al*. (2023) chamam atenção para a importância do apoio institucional no processo de inserção das PICs no cotidiano farmacêutico. Para esses autores, não basta capacitar os profissionais sem oferecer condições adequadas de trabalho, como tempo para atendimento, materiais específicos e reconhecimento da atuação clínica no âmbito das práticas integrativas. Esse apoio estrutural é visto como essencial para transformar o conhecimento em prática efetiva.

Nesse sentido, a articulação entre formação, condições de trabalho e valorização profissional aparece como um eixo central para que o farmacêutico consiga exercer seu papel de forma segura e qualificada, ampliando o acesso da população a cuidados integrativos dentro do SUS.

A análise dos estudos incluídos reforça a necessidade de ações multiestruturais, que envolvam desde o ensino superior até o cotidiano dos serviços de saúde. O enfrentamento das barreiras institucionais exige um olhar mais sensível às especificidades regionais, à articulação entre saberes técnico-científicos e populares, e ao fortalecimento do SUS como espaço de cuidado plural e acessível.

CONCLUSÃO

A atuação do farmacêutico na recomendação e integração de terapias complementares no SUS representa um avanço significativo na promoção do cuidado ampliado, humanizado e centrado no paciente. A análise da literatura revelou que essas práticas, como a fitoterapia, acupuntura e auriculoterapia, quando integradas de forma ética, segura e baseada em evidências, contribuem diretamente para o uso racional de medicamentos, a prevenção de riscos e a melhoria da adesão terapêutica.

Apesar dos progressos normativos e da crescente valorização das práticas integrativas, ainda persistem desafios relevantes, como a insuficiência de formação específica, a falta de reconhecimento institucional e a necessidade de ampliar o diálogo entre saberes tradicionais e científicos. Para superar esses obstáculos, é fundamental fortalecer as políticas públicas voltadas à qualificação profissional, fomentar a pesquisa na área e promover a inclusão dessas práticas nos currículos acadêmicos da área farmacêutica.

Conclui-se que o farmacêutico, ao incorporar as terapias complementares em sua atuação clínica e educativa, reafirma seu papel estratégico na consolidação de um modelo de saúde mais integral e resolutivo. A valorização dessa prática requer, no entanto, investimento em formação continuada, articulação interprofissional e respaldo institucional para que seu potencial seja plenamente reconhecido e incorporado às rotinas dos serviços de saúde.

CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

REFERÊNCIAS

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Uso racional de medicamentos: fundamentos e estratégias para a promoção. Brasília: ANVISA,2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS – PNPIC. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014. Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas. *Diário Oficial da União:* seção 1, Brasília, DF, ano 151, n. 152, p. 1, 11 ago. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: indicadores do processo de implantação. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). Resolução nº 572, de 25 de abril de 2013. Dispõe sobre a regulamentação das especialidades farmacêuticas, por linhas de atuação. *Diário Oficial da União:* Brasília, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). Resolução nº 732, de 25 de agosto de 2022. Regulamenta a atuação do Farmacêutico em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. *Diário Oficial da União:* Brasília, 2022a.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). Resolução nº 733, de 26 de agosto de 2022. Regulamenta a atuação do farmacêutico na Auriculoterapia e Auriculoacupuntura. *Diário Oficial da União:* Brasília, 2022b.

DOS SANTOS, Andreza Assis; BAIENSE, Alex Sandro Rodrigues; DE ANDRADE, Leonardo Guimarães. Atenção farmacêutica e práticas integrativas e complementares no sus: conhecimento e aceitação por parte da população de Nova Iguaçu. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação,* v. 8, n. 4, p. 656-667, 2022.

FERNANDES, M. E. B. *et al*. A atuação do farmacêutico na fitoterapia: desafios e perspectivas no Sistema Único de Saúde. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais,* v. 21, n. 4, p. 450-459, 2019.

FIGUEIREDO, I. F. *et al.* A atuação do farmacêutico frente às práticas integrativas. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas,* v. 49, n. 2, p. 210-219, 2018.

LOPES, C. T. *et al.* Práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde: desafios e perspectivas. *Ciência & Saúde Coletiva,* v. 25, n. 2, p. 395-404, 2020.

MAEDA, Jéssica Ayumi. Práticas Integrativas e Complementares da saúde no cuidado farmacêutico na rede de atenção básica. *Coleciona SUS*, Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, 2018.

MACÊDO, L. C.; ALMEIDA, R. C. Educação em saúde como ferramenta para o uso racional de medicamentos no SUS. *Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde,* v. 11, n. 3, p. 34-40, 2020.

MOTA, D. M. *et al*. Práticas integrativas e complementares no SUS: desafios da institucionalização e da formação profissional. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação,* v. 24, 2020.

NASCIMENTO, J. R. A. *et al*. Avaliação da inserção das PICs nas práticas farmacêuticas em municípios brasileiros. *Saúde em Debate,* v. 45, n. 129, p. 432-445, 2021.

NUNES, Weldieni Martins Pereira; SANTOS, Jânio Sousa. Atuação farmacêutica em práticas integrativas: Uma revisão. *Research, Society and Development,* v. 12, n. 8, p. e1612842835-e1612842835, 2023.

PEREIRA, T. M. *et al*. Práticas integrativas e complementares em farmácias comunitárias: percepção de farmacêuticos. *Revista Ciência em Saúde,* v. 13, n. 1, p. 78-86, 2021.

RIBEIRO, C. A.; MENDES, R. T. A importância da formação continuada para atuação do farmacêutico nas terapias complementares. *Revista Interfaces da Educação,* v. 12, n. 35, p. 124-135, 2024.

SILVA, T. R.; COSTA, L. A. A atuação clínica do farmacêutico: aspectos históricos e tendências contemporâneas. *Revista Saúde & Ciência,* v. 11, n. 2, p. 45-53, 2022.

SILVA, T. R.; SANTOS, E. L. A atuação do farmacêutico nas terapias integrativas e complementares: um campo em expansão. *Revista Saúde Integrada,* v. 10, n. 1, p. 33-42, 2021.

SOUZA, L. E.; GOMES, A. L. O uso racional de medicamentos no contexto das terapias complementares. *Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde,* v. 9, n. 3, p. 20-28, 2018.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*, v. 8, n. 1, p. 102–106, jan./mar. 2010.